

1 Aos vinte e quatro (24) dias do mês de maio de 2022, às treze horas e dez minutos
2 (13h10min), instalou-se no 1º andar (sala 111) do Edifício Sede da Secretaria Municipal de
3 Educação (SMED), situado à Rua Carangola, nº 288, Bairro Santo Antônio, Belo
4 Horizonte/MG, a sessão plenária extraordinária do Conselho de Acompanhamento e
5 Controle Social (CACCS) do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de
6 Valorização dos Profissionais da Educação do município de Belo Horizonte – FUNDEB/BH,
7 com a seguinte pauta: 1) Prestação de Contas do Exercício 2021 referentes ao Programa
8 Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e ao Programa Educação Infantil –
9 Novos Estabelecimentos. A reunião contou com a presença dos seguintes conselheiros:
10 Cristina Vieira Guimarães, Elizabeth Raidan, Luiz Henrique Borges de Oliveira, Marcelino
11 Cástulo Martins, Marcus Vinícius Lindenberg Fróes e Milton de Souza Júnior. Justificaram
12 suas ausências: Alessandra Mariza Gomes Guimarães, Cristiane Kataline de Carvalho
13 Fernandes, Geisiele Fidelis da Silva, Luiz Carlos Bittencourt Silva, Maria Cristina Silva,
14 Maria Helena Schmitz de Castro, Meriane Alves de Oliveira e Wagner Alves Pereira.
15 Contou-se, ainda, com a presença de Vanessa Márcia da Cunha como servidora de apoio
16 ao Conselho, conforme a lista de presença. O Presidente Marcus Vinícius Lindenberg Fróes
17 iniciou a assembleia explicando a motivação desta reunião e esclarecendo que ao acessar
18 o PNATE no Sistema de Gestão de Conselhos (SIGECON) do Fundo Nacional de
19 Desenvolvimento da Educação (FNDE) percebeu que não encontrou resposta para
20 diversos quesitos existentes e que haviam elementos factuais a serem respondidos que
21 deviam ser encaminhados previamente. Quanto ao Programa Educação Infantil – Novos
22 Estabelecimentos disse ter constatado em sua análise que haviam recursos oriundos de
23 2020 transportados para o ano seguinte e que não foram utilizados em 2021. Verificou,
24 inclusive, que o valor global dos recursos foi aplicado e não usado em 2022 também.
25 Solicitou, então, a elucidação destas questões para a posterior validação da prestação de
26 contas. Em seguida, ele exibiu na tela (via sistema multimídia) a prestação de contas do
27 PNATE de 2021 com 5 recibos assinados em horários diferentes pelo prefeito Alexandre
28 Kalil e disse crer que tais prestações consolidadas no sistema estão gerando uma
29 inconsistência, levando-se em conta a não permissão por parte do sistema de se responder
30 ao questionário e, conseqüentemente, de se emitir o parecer. A Gerente da Gerência de
31 Execução Financeira (GEREX) e Conselheira Cristina Vieira Guimarães informou que
32 houve um erro do sistema no que diz respeito ao PNATE. Ela explicou que uma servidora
33 da GEREX faz os lançamentos no sistema, encaminha esta prestação de contas para outra
34 diretoria, para o FNDE e, automaticamente, para o CACCS FUNDEB e contou que este
35 procedimento foi realizado em fevereiro do ano corrente. Falou que, supostamente, houve
36 erro do sistema porque a prestação de contas foi encaminhada mais de uma vez, tendo-se
37 em vista que o sistema não reconheceu o primeiro envio realizado. Informou, ainda, que
38 naquela mesma data, em verificação no sistema em que ela faz a visualização apareceu
39 apenas um recibo, o que indica que houve a sua regularização. Ela disse que é uma
40 questão técnica que foge da alçada da GEREX. O Conselheiro Marcelino Cástulo Martins
41 tomou a palavra e esclareceu que: 1) Os recursos do FUNDEB tem as suas contas
42 prestadas no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE)
43 enquanto outros recursos tem a prestação de contas feita no Sistema de Gestão de
44 Prestação de Contas (SIGPC), sistema específico do FNDE. 2) Realizada a prestação de
45 contas, o prefeito fez a sua validação e a enviou. Automaticamente, há a disponibilidade
46 para o CACCS fazer a análise e a conseqüente validação. 3) De tempos em tempos, estão
47 disponíveis para o CACCS avisos do *status* da prestação de contas (monitoramento). Na
48 semana anterior, verificou-se que houve alteração do *status*, o que causou surpresa e gerou

49 um questionamento ao FNDE que informou sobre a inconsistência no sistema e que a
50 equipe da tecnologia estava trabalhando nisso. Também comunicaram que apenas o último
51 dos 5 envios seria considerado válido. Diante desse dado, ele solicitou ao presidente que
52 conferisse qual seria o último envio apresentado no sistema levando-se em conta a
53 mudança de *status* referenciada. Ato contínuo, a Conselheira Elizabeth Raidan perguntou
54 quanto a normalidade de uma checagem e de uma indagação ao município por parte do
55 FNDE, de qual prestação seria válida, quando do ocorrido em fevereiro. Ela avalia ser
56 estranho o sistema permanecer com inconsistência (ter 5 prestações enviadas) e continuar
57 sem uma resposta imediata. Prontamente, o Conselheiro Marcelino Cástulo Martins contou
58 que a grande dificuldade em se lidar com os recursos federais é quando há a necessidade
59 de se fazer algum questionamento ao FNDE visto que a resposta demora muito a chegar,
60 não vem ou não é coerente. Logo depois, o presidente expôs na tela os 5 recibos
61 apresentando os mesmos números, porém, quando ele acessa o relatório do SIGPC
62 aparecem os recibos com envios e códigos diferentes para cada horário (com uma
63 diferença de minutos). Ele mostrou, também, que a inconsistência que foi gerada cita a
64 seguinte informação: “O parecer conclusivo e o acompanhamento da gestão ainda não
65 estão liberadas para o ano de 2021, aguarde”. A Gerente Cristina Vieira Guimarães revelou
66 que na GEREX a visualização é única tanto para o PNATE quanto para o Programa
67 Educação Infantil – Novos Estabelecimentos, sendo necessário checar com o FNDE porque
68 no sistema acessado pelo presidente do CACS aparecem 5 vezes (recibos). O Conselheiro
69 Marcelino Cástulo Martins reiterou que obteve a informação por e-mail de que será
70 considerado o último envio e contou que, na prática, não há alteração para o município
71 porque a informação é a mesma. Ele também disse que o SIGPC “conversa” com o
72 SIGECON que possibilita o acesso para a análise do CACS. Logo depois, sobre o PNATE,
73 ele falou que Belo Horizonte (BH) não possui área rural e recebe recursos, sendo essa
74 situação técnica a base para entender que o município recebe de forma indevida e, por isso,
75 não gasta. Ele afirmou que esta informação não impediria que a análise e a validação
76 fossem feitas, caso estivessem disponíveis. Além disso, ele sugeriu ao presidente
77 encaminhar a situação e o impedimento de se fazer a análise e a validação da prestação
78 de contas para o SIGECON, embora o município já o tenha feito em fevereiro; e à GEREX,
79 que também questione o sistema. Sem demora, o Conselheiro Milton de Souza Júnior
80 recomendou que no contato feito fosse registrada a inabilidade operacional técnica como
81 impedimento de se concluir a validação da prestação de contas já realizada pelo município,
82 enfatizando não ser por omissão do CACS. Logo depois, o Conselheiro Marcelino Cástulo
83 Martins informou que houve ampliação dos prazos para a realização da prestação de contas
84 do PNATE tanto para os municípios quanto para o CACS. Sem demora, o presidente
85 divulgou o ofício inserido no sistema (684R/2022 de 02/5) que demonstra o acréscimo de
86 30 dias para a realização do parecer afirmando que o conselho está dentro do prazo limite.
87 Posteriormente, o Conselheiro Marcelino Cástulo Martins contextualizou a história do
88 PNATE: as redes que fazem jus ao programa são aquelas que possuem alunos residentes
89 em área rural que utilizam o transporte escolar para a área urbana. Belo Horizonte não tem
90 escola em área rural, mas em áreas limítrofes, como, por exemplo, em Sabará. Em 2017,
91 o repasse já era feito e os técnicos informaram que o município tem recebido os recursos
92 que sempre são devolvidos no início do ano. Foi formalizada uma solicitação de suspensão
93 desse repasse ao FNDE, por parte da Secretária de Educação. Após análise, foi
94 reconhecido que BH não fazia jus àquele recurso. Mesmo após o deferimento do pedido,
95 alguns meses depois o município recebeu o repasse novamente. O FNDE foi questionado
96 sobre o assunto e houve a resposta de que o pedido foi feito em época indevida. Neste ano,
97 o pedido de cancelamento foi feito em fevereiro (data apontada como devida) e os repasses
98 continuam sendo feitos; já existindo a programação de mais um repasse. Há cerca de dez
99 (10) dias o município também recebeu um e-mail informativo sobre um desconto que será
100 aplicado no próximo recebimento em razão da não utilização do recurso. Ademais, em

101 verificação a uma planilha enviada pelo FNDE ficou demonstrado que todos os alunos que
102 tem direito ao recebimento do valor pertencem à rede estadual. Assim, para tentar
103 solucionar o problema que vem acontecendo desde 2013, duas frentes de trabalho serão
104 empregadas pela SMED: reforço do pedido de suspensão do repasse e contato com o
105 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) que é o
106 centralizador de todo o processo do Censo Escolar. Ele finalizou dizendo que até que se
107 solucione o problema, esse deve se repetir no ano vindouro e informou, também, que o
108 município não recebe recurso suplementar do FNDE para transporte de estudantes de área
109 urbana. Para essa área, são usados os Recursos Ordinários do Tesouro (ROT) repassados
110 pela Caixa Escolar. Após, o presidente exibiu na tela o questionário do PNATE de 2020
111 lendo algumas das questões do referido relatório que compõe o parecer avaliando existirem
112 perguntas indevidas e, ainda, apenas campos para respostas 'sim' e 'não' atentando para
113 a ausência do campo 'não se aplica', resposta que classifica ser a mais pertinente para as
114 perguntas. Ele também exibiu respostas diferentes para as mesmas perguntas nos
115 formulários de 2011 e 2020 apontando que o relatório mostrou incongruências. Ele acredita
116 que seria da competência da Procuradoria Geral do Município encaminhar a documentação
117 da situação com embasamento jurídico ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
118 (TCEMG), Tribunal de Contas da União (TCU), para uma possível solução. O Conselheiro
119 Marcelino Cástulo Martins avaliou que os mesmos argumentos administrativos devem ser
120 formulados para acionar o FNDE e o INEP e que também o presidente deve fazer o
121 tratamento devido para acionar o SIGECON/FNDE, constituindo três frentes de ação. Ele
122 julga que devam aguardar as manifestações dadas para que, dependendo das respostas,
123 acionem o TCEMG, TCU. Após, surgiram os seguintes comentários e questionamentos com
124 suas respectivas respostas: 1) Pergunta: Só se devolve recurso que não é devido ou
125 desconta-se parte do que é devido? O município será penalizado de qualquer forma?
126 Resposta: A penalização acontecerá através do desconto por não se utilizar o recurso.
127 Como o município de Belo Horizonte não o usa, vir menos recurso no próximo mês não o
128 prejudicaria. A grande preocupação é centrar na solução definitiva do recebimento dos
129 repasses indevidos. 2) Seria o caso de se verificar na fonte a interpretação de zonas rural
130 e urbana para saber se consideram que existe alguma escola de BH em zona rural. Por
131 que este problema vem se arrastando ano após ano? 3) Pode ser que a União considere
132 que algum imóvel de BH esteja na área rural; um problema de mesma natureza ocorreu na
133 Secretaria Municipal da Fazenda. 4) Levando-se em conta que, por exemplo, existe uma
134 escola na divisa BH/Sabarará e ela pertence a BH mas localiza-se no município de Sabará,
135 algo semelhante pode ser a origem do problema; vale a pena realizar a consulta. 5) Se a
136 pergunta for feita com a abordagem citada, imagina-se que venham respostas que
137 esclareçam esta situação. A crença é de que vão demonstrar que o município de BH não
138 faz jus, mas se provarem o contrário, as providências cabíveis serão tomadas e o recurso
139 será utilizado. 6) Há zona rural na região de Sabará assim como em Pedro Leopoldo e
140 outros municípios; pode ser que haja zona rural em Belo Horizonte. 7) Talvez a Procuradoria
141 Geral do Município disponha de uma solução jurídica e apresente uma iniciativa diferente
142 das referenciadas. 8) Em breve, espera-se que haja uma resposta definitiva para que em
143 janeiro do próximo ano o município não receba mais recursos do PNATE. Logo após, o
144 presidente falou que o comentário do Conselheiro Marcelino Cástulo Martins de que certas
145 informações encontram-se apenas no escopo do sistema acessado pela presidência do
146 CACS e a gestão desconhece, justifica esta reunião e valida este tipo de procedimento
147 (diálogo) para preservar o bem maior que é o interesse do município. Ele considera que
148 esta metodologia pode ser replicada até o final do ano também para a validação bimestral,
149 uma vez que obtém-se objetividade e rapidez. Passando ao segundo momento da reunião,
150 o presidente declarou que acessou os relatórios do Sistema de Gestão de Prestação de
151 Contas (SIGPC) para validar a prestação de contas do Programa Educação Infantil – Novos
152 Estabelecimentos e verificou na aba 'Pagamentos' que os recursos não foram usados de

153 2020 para 2021. Também revelou que houve transferência de recursos de 2021 para 2022
154 e perguntou qual é a natureza desse programa e porque esses recursos não foram usados
155 em dois (2) anos de forma sequencial. O Conselheiro Marcelino Cástulo Martins respondeu
156 que este é um dos programas suplementares do FNDE (transferência voluntária) e que
157 cada programa federal tem uma natureza, uma finalidade e um objetivo. Ele contextualizou
158 sobre o assunto: na época da construção das unidades de Educação Infantil em BH o dado
159 vai para o Censo retratando a nova edificação e que a natureza deste programa é dar apoio
160 ao custeio dessas novas unidades de Educação Infantil. Então, à luz do FNDE, o município
161 passa a fazer jus ao recurso sem a necessidade de se fazer uma solicitação ao programa.
162 Este movimento de construção de Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) graças
163 aos termos de compromisso firmados com o FNDE remonta a 2012 (10 unidades) e 2014
164 (44 unidades) gerando para o Censo de BH uma determinada quantidade de novas
165 unidades que possibilitou o repasse de recursos para o município (para essas novas
166 unidades), pelo FNDE. Entretanto, o recurso pode chegar em um momento diferente da
167 necessidade da escola e vai sendo usado à medida da precisão daquelas novas unidades.
168 Dentro do planejamento do município aquele recurso pode ser usado, mas se em
169 determinados momentos a unidade não precisar fazer o uso, o recurso não é utilizado para
170 o/a custeio/manutenção mesmo estando no planejamento. Importante ressaltar que os
171 recursos são repassados para apoiar a manutenção das unidades que tenham sido
172 construídas com recursos federais, motivo pelo qual BH faz jus a este programa.
173 Seguidamente, o presidente perguntou se o saldo de determinado exercício tem prazo
174 determinado para a sua utilização e o Conselheiro Marcelino Cástulo Martins respondeu
175 que não há prazo; o saldo é reprogramado automaticamente para anos futuros caso não
176 seja usado. Ato contínuo, à vista de todos, o presidente respondeu os questionamentos de
177 sua responsabilidade no sistema e finalizou o parecer para a prestação de contas. Ele
178 concluiu dizendo que foi uma experiência válida levando-se em conta que esta dinâmica
179 trará tranquilidade para a SMED e, por conseguinte, para o município. Logo após, a Gerente
180 e Conselheira Cristina Vieira Guimarães tomou a palavra e ponderou que ela não entende
181 a lógica e não sabe a que se deve o problema apresentado relacionado ao PNATE; e que
182 se fosse uma situação emergencial ou prioritária, o município estaria com problemas. Ela
183 afirmou que fará uma verificação junto ao FNDE e pediu ao presidente que faça o mesmo
184 no sistema a que ele tem acesso. Ela revelou problematizar situações e que, diante disso,
185 pensa em como deve ser moroso o trabalho no FNDE para atender aos municípios de todo
186 o país (considerando-se as suas várias especificidades), já que envia e-mail, tenta telefonar
187 e há muitas dificuldades tanto no atendimento quanto na resposta. O Conselheiro Marcelino
188 Cástulo Martins disse que imagina e percebe que há uma equipe reduzida no FNDE para
189 tanta demanda e conclui falando que esta centralização é muito difícil. Às quatorze horas e
190 trinta minutos (14h30min), o Presidente Marcus Vinícius Lindenberg Fróes agradeceu a
191 presença de todos e deu por encerrada a reunião. Para constar, eu, Vanessa Márcia da
192 Cunha, servidora de apoio ao CACS FUNDEB/BH, redigi a presente ata.